

Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão)

An inhabited center: house, mobility, and mobilization in São Luís (Maranhão)

Martina Ahlert

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

Nicole Pinheiro Bezerra

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

RESUMO

O artigo parte de discursos sobre o vazio e a necessidade de repovoamento do Centro Histórico de São Luís para pensar casa e mobilidade no espaço. A partir de uma pesquisa etnográfica, argumenta que a aproximação com a vida das e dos moradores do Centro permite compreender a mobilidade associada à casa e os modos de morar e constatar que existem moradores de outros locais considerados parte da comunidade. Trata ainda da relação de algumas pessoas com o Estado, com o qual se constroem aproximações e distanciamentos em torno da ideia de ausência e de vazio. Por fim, sugere a compreensão das contradições presentes nas falas a partir da defesa da importância da moradia para a comunidade.

Palavras-chave: Casa, Mobilidade, Vazio, Estado.

Recebido em 27 de março de 2023.
Avaliador A: 10 de maio de 2023.
Avaliador B: 29 de maio de 2023.
Aceito em 17 de julho de 2023.



ABSTRACT

The article starts from speeches about the void and the needs to repopulate the Historic Center of São Luis to reflect on house and mobility in space. Based on ethnographic research, it argues that approaching the lives of the residents of the city center allows to understand the mobility associated with the house and ways of living and gain consciousness of the fact that there are residents from other places who are considered to be part of the community. It also deals with the relationship of some people with the State, with which they build approximations and distances around the idea of absence and emptiness. Finally, it suggests an understanding of contradictions present in the speeches from the defense of the importance of housing for the community.

Keywords: House, Mobility, Empty, State.

INTRODUÇÃO

Pesquisas antropológicas sobre grupos indígenas e populações tradicionais têm apontado, com alguma constância, o impacto de projetos de desenvolvimento estatais e não estatais sobre modos de vida e territórios. Na justificação desses projetos – a despeito dos impactos sociais, culturais e ambientais por eles ocasionados – o argumento do vazio demográfico, da necessidade de proteção de fronteiras (da soberania nacional) e do povoamento de áreas demograficamente “desocupadas” encontra ressonância. Alcida Rita Ramos (2008) o demonstra para a Amazônia, especialmente para o caso dos Yanomami, considerados numericamente inexpressivos diante da extensão de suas terras. Esse argumento, excessivamente simplista, segundo a autora, é incapaz de conceber a vida interna à floresta, as trilhas de deslocamento, as lógicas de casamento, a dinâmica dos rituais e a presença dos diferentes seres que se entrelaçam com os espaços de mata.

Maristela de Paula Andrade (2009) e Danilo da Conceição Serejo Lopes (2020), por sua vez, identificam o argumento na ação do governo brasileiro de deslocamento forçado de comunidades quilombolas na área que se tornou a Base de Alcântara, no Maranhão, ainda no período da ditadura militar. Como indica Andrade (2009), no local, a ideia do vazio demográfico que permitiu o projeto esteve associada a processos de limpeza étnica, o que demonstra certa moralidade presente em discursos vistos como puramente técnicos. Dessa forma, diversas comunidades quilombolas foram compulsoriamente deslocadas para outras áreas do município,

não raro para agrovilas distantes do mar onde a pesca, atividade central para seus modos de vida, não pode mais ser realizada.

Nos casos mencionados, determinados coletivos e seus modos de existência foram ignorados em nome de um pretense “bem da nação” ou “interesse nacional”. Diante disso, pessoas foram invisibilizadas, cunhadas como inexistentes, grupos foram declarados como “desconhecidos”, inferiorizados e considerados menos legítimos diante do que seriam os “interesses comuns” representados e garantidos pelo Estado. O argumento não se limita a terras indígenas ou áreas de comunidades tradicionais. Borges, Belisário e Paterniani (2021) chamam atenção para o uso do discurso do vazio em cenários urbanos, quando da necessidade de revitalizar certas áreas em contextos de especulação imobiliária. Essa constatação, em casos como o da Cracolândia em São Paulo, por exemplo, mascara um discurso sobre uma ocupação que existe, mas é desconsiderada, uma vez que percebida como “uma ocupação específica, por corpos e vidas sem a devida autorização para estarem ali, no Centro” (Borges, Belisário, Paterniani, 2021, p. 2).

Recentemente encontramos afirmações sobre o vazio e a necessidade de repovoamento de áreas urbanas nas pesquisas que realizamos no Centro Histórico de São Luís, capital do estado do Maranhão, no Nordeste do Brasil¹. Veiculadas em diferentes meios de comunicação da cidade e ouvidas por nós em campo, essas afirmações foram feitas ora por profissionais da arquitetura, tendo o “vazio demográfico” como um conceito operacional, ora por políticos e gestores públicos, que as mobilizaram em seus discursos para compor sugestões, por vezes apoiadas no diálogo com as reivindicações locais, para justificar investimentos no espaço. Tais declarações ainda aparecem evidenciando formas de classificar pessoas e atividades como imorais, ilegítimas ou ilegais, de forma que, mesmo ocupado, o Centro é um espaço que precisa ser repovoado.

A partir da pesquisa de campo que realizamos em três bairros do Centro Histórico da capital ludovicense desde 2016, buscamos, neste artigo, demonstrar como as pessoas que neles vivem percebem e eventualmente utilizam os discursos sobre o vazio e o repovoamento. Com elas entendemos que esse debate não é sobre a quantidade de pessoas que mora na região ou sobre o número de casas que aparentam não ter morador. Nossos interlocutores chamaram nossa atenção para essas falas como carregadas de moralidade, uma vez que elas evidenciam o desconhecimento dos sentidos a partir dos quais a casa é pensada nesse contexto. Esses sentidos,

¹ As informações que apresentamos são construídas a partir projetos de pesquisa realizados desde 2015. Eles contam com financiamento e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

como procuramos aqui demonstrar, são constituídos pela relação entre moradia e mobilidade, elemento fundamental para compreender o cotidiano da “comunidade”².

Para trazer esses aspectos compartilhados por/com nossas interlocutoras e interlocutores, organizamos nosso texto da seguinte forma: inicialmente apresentamos algumas informações contextuais sobre o Centro Histórico de São Luís e sobre os programas governamentais para a região na atualidade, colocando a questão do vazio e do repovoamento. Na sequência, mencionamos experiências que vivemos com as pessoas em campo que nos permitem falar sobre ocupação e uso das casas na “comunidade”. A partir disso, exploramos melhor a relação entre moradia e mobilidade, considerando o deslocamento entre bairros da cidade, as mudanças entre os casarões, os moradores que não têm casas (Bezerra, 2018) e as “casas partíveis” (Pina Cabral; Godoi, 2014).

Concluimos ponderando as relações entre os moradores do Centro e o Estado para pensar a ambiguidade presente na disposição protocolar de promover a habitação de interesse social (presente em iniciativas governamentais) e o fato de os programas com tal fim não perceberem a legitimidade de parte dos atuais ocupantes do local. Percebemos que as lideranças comunitárias da luta por moradia – a despeito da presença de diversos serviços governamentais nos bairros estudados e apesar de com eles interagirem – postulam a ausência do Estado e utilizam estrategicamente discursos outrora rejeitados, como o do vazio, para defender a casa na “comunidade”. Nosso esforço é, portanto, partindo de algumas noções sobre vazio e ocupação, mostrar que as dinâmicas relacionadas à constituição das casas e da luta por moradia são compostas por maneiras mais complexas de imaginar a cidade, que vão além de numerar mais e menos gente.

O CENTRO HISTÓRICO, O REPOVOAMENTO E O VAZIO

O Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, é formado por 11 bairros. Em 1997, o esforço de diferentes profissionais do poder público e de diversas instituições levou ao reconhecimento de parte da área como Patrimônio Cultural Mundial (Andrès, 2006). O título, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reconheceu o inestimável valor histórico de um conjunto de imóveis e monumentos

² Termos entre aspas remetem à bibliografia ou ainda ao uso feito pelas e pelos interlocutores, como neste caso.

que remetem, especialmente, aos séculos XVIII e XIX. Além da área de tombamento federal circunscrita pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional em 1974, partes da região correspondem ao tombamento estadual, totalizando cerca de 4.000 imóveis classificados como patrimônio (Andrès, 2006; Silva, 2019).

Figura 1. Mapa das áreas de tombamento do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Barbosa, Santo e Trinta (2014, p. 204 *apud* Pereira Jr., 2015, p. 209).

Ainda que o tombamento comprometa os diferentes níveis de governo na manutenção dos casarões e monumentos, ele não soluciona as questões relacionadas à preservação dos bens. Na cidade, eles são continuamente mencionados como em estado de “abandono” ou “degradação” – termos recorrentes nos periódicos e no meio televisivo local. Nesses veículos, os números dos casarões em risco de desabamento são reatualizados constantemente pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Do total dos casarões vistoriados em 2022, 93 foram considerados em risco de desabamento e 261 em situação de abandono (o que não significa que não estejam ocupados). Em 2023, a Defesa Civil reconheceu 260 casarões em risco e 50

considerados em risco crítico de desabamento³.

A despeito desses números, que parecem indicar certa negligência com os imóveis, há uma atenção governamental recente a alguns bairros do Centro Histórico. O ex-governador Flávio Dino (então do PCdoB) lançou, em 2019, o Programa Nosso Centro, um conjunto de iniciativas que reúne obras de infraestrutura, ampliação do comércio e habitação por meio da atuação de diferentes secretarias estaduais (Maranhão, 2019). No âmbito do programa, um edifício ocupado informalmente por um conjunto de 13 famílias se transformou em 14 apartamentos de habitação de interesse social. Igualmente, nos últimos meses da gestão do ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior (então do PDT, hoje do PSD) e no início da gestão do atual prefeito Eduardo Braide (Podemos), locais de referência como o Mercado das Tulhas foram reformados. Além disso, ocorreu a entrega de apartamentos em dois casarões adaptados e restaurados com recursos federais e municipais, com oito e 14 apartamentos cada, para famílias de baixa renda.

Nesse cenário de mobilizações em torno do Centro, nos últimos anos, iniciamos a nossa pesquisa de campo no local, especialmente em três bairros da região: Praia Grande – região de maior atração turística e de presença de atividades de lazer, como shows e festas –, Desterro – bairro que fica contíguo à Praia Grande e tem como característica o uso residencial das casas – e Portinho – por sua vez contíguo ao Desterro –, historicamente conhecidos pelas atividades portuárias e de pesca, assim como pela boemia e pela prostituição (Silva, C. 2005; Silva, T. 2008)⁴. Os dados trabalhados neste artigo surgem da pesquisa etnográfica nessa área com moradores e frequentadores do espaço, alguns deles lideranças comunitárias envolvidas em associações ou ainda em iniciativas relacionadas à cultura popular (como uma escola de samba e um grupo de Bumba Meu Boi).

Durante o trabalho de campo, revisitando o tema do Centro Histórico de São Luís em jornais locais⁵, encontramos – na fala de funcionários públicos, políticos e pessoas por vezes bem-intencionadas, com perspectivas de cuidado e revitalização do Centro – a ideia de que o espaço precisa ser “repovoado” porque está “vazio”. O repovoamento seria uma medida

3 Informação publicada em Casarões [...] sobre o ano de 2023.

4 Cabe uma observação aqui: o número de bairros que compõem o Centro, assim como a definição de alguns deles, tem se alterado durante a nossa pesquisa. Estamos utilizando as definições que foram mais constantes durante o campo, especialmente como foram mobilizadas por nossas e nossos interlocutores.

5 Além da pesquisa de campo etnográfica, parte da investigação foi realizada durante a pandemia de covid-19 e, diante das restrições à interação social, realizamos um levantamento sobre o Centro Histórico em dois jornais de circulação local, durante o período de 2015 a 2021. As passagens de jornal selecionadas foram catalogadas por Antônio Olávio da Rocha Neto e Abigail Vale Rocha.

necessária para pensar a preservação do local e, algumas vezes, uma forma de recuperar o que teria sido o passado nessa região da cidade. A transcrição abaixo é de uma reportagem de um periódico local, com a fala de uma importante figura política⁶ que ocupou cargos no Executivo e no Legislativo e opinou sobre programas de revitalização da prefeitura em 2015:

Para ele [o político em questão], mais do que boa vontade, são necessárias algumas medidas importantes para garantir que o cidadão comum volte a frequentar a área – que se propõe um atrativo turístico da capital maranhense. “Se os governos municipal e estadual querem realmente valorizar o Centro Histórico da cidade de São Luís, que instalem nele os escritórios de seus órgãos administrativos, que incentivem a ocupação comercial dessa região e realizem o repovoamento habitacional dessa área tão importante de nossa cidade”, opinou (Valorizando [...], 2015).

O ex-deputado não descreveu o Centro como vazio, mas sugeriu a falta do que o jornal conceituou como “cidadão comum” e, por isso, justificou uma reocupação do espaço. O repovoamento, nesse sentido, não indica uma ausência absoluta de pessoas, mas de um determinado tipo delas, considerada pelo entrevistado legítima ocupante do local. Para ele, é preciso instalar escritórios de órgãos administrativos e trazer pessoas para viver na região. Em outro momento também percebemos essa ideia expressa em uma reportagem que traz a fala de um ex-prefeito da capital ludovicense. Segundo suas palavras:

A nossa gestão vem trabalhando em várias frentes para a reocupação e revitalização do Centro Histórico, e os resultados já são nítidos. Resgatar a nossa história, cultura e arquitetura e todas as riquezas que o Centro reúne é fundamental para despertar o sentimento de pertencimento (Centro Histórico [...], 2017).

Um leitor desavisado pode pensar que a constatação da necessidade de povoamento é numérica e que existem casarões desocupados ou com poucas pessoas. Ainda que tenha havido um decréscimo de imóveis destinados à habitação no Centro Histórico⁷, insistimos que esses enunciados trazem consigo um conjunto de questões diversas (que procuraremos demonstrar com o texto) e não estão a salvo de seu uso pragmático em diversas situações (Herzfeld, 2016). A perspectiva do vazio/repovoamento, portanto, pode ser utilizada em termos tidos como meramente técnicos, como instrumento na luta política pela melhoria das condições de moradia no Centro Histórico ou mesmo para negar o reconhecimento a formas de habitação percebidas

⁶ Político desde 1982, quando foi eleito deputado estadual pelo PDS, atualmente está vinculado ao MDB.

⁷ O Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano (Incid) comparou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, 2007 e 2010 e constatou que, no distrito Centro, houve um decréscimo no número de Domicílios Particulares Permanentes (São Luís, *s.d.*). Não temos dados para o período posterior.

como ilegítimas e indesejadas.

Diante dessas preocupações, conversamos com as pessoas com as quais convivemos sobre como sentiam a ocupação do Centro. Foi, portanto, em experiências com as moradoras e os moradores (que têm uma casa ou mais de uma ou são percebidos como sem casa no local, mas que nele moram – como explicaremos melhor na sequência do texto) que ouvimos sobre diversas modalidades de pensar a casa e o habitar no espaço. Essas pessoas não apenas demonstraram a inexistência do vazio a partir de certo ponto de vista como indicaram ângulos diferenciados pelos quais o Centro pode ser percebido. Nas próximas duas seções do texto, desdobramos algumas dessas considerações.

USO DAS CASAS, PROCESSOS DE PESQUISA E OCUPAÇÃO

Se as categorias e os enunciados estão em risco nos seus usos práticos, nós, como etnógrafas, tendemos a procurar as teorias e compreensões das nossas e dos nossos interlocutores para que nos ajudem a pensar nos nossos problemas de pesquisa. Dona Dijé⁸, uma das nossas anfitriãs no Centro, é moradora do local há décadas e nele milita em causas como luta por moradia. Certa vez, em uma entrevista (realizada em dezembro de 2019), quando lhe perguntamos sobre a ideia do “vazio” presente em falas sobre a habitação no Centro, ela nos disse que a palavra lhe provocava uma “verdadeira agonia”. Para contrapor a afirmação, ela rapidamente fez a soma da quantidade de famílias que moravam em alguns casarões ocupados perto de onde estávamos.

Não satisfeita com a análise quantitativa, dona Dijé seguiu explicando que quem simplesmente passava pela rua não conseguiria saber quantas pessoas moravam nas casas, portanto não teria como saber quais eram ocupadas ou não. É importante lembrar que a maior parte das casas e dos casarões na região é imediatamente contígua à calçada, sem pátio frontal e sem garagem, normalmente geminada à casa ao lado. Se as janelas não estão abertas, não é possível saber se há pessoas em seu interior. Isso só era possível deduzir, dizia dona Dijé, naquelas em que os moradores tinham o hábito de se sentar à porta – o que não era compartilhado por todos, uma vez que as pessoas tinham seus horários de trabalho e sua rotina. De modo não

⁸ Os nomes dos moradores do Centro são fictícios, com exceção daqueles que pediram que seus nomes reais fossem mantidos.

muito diferente, o presidente da União dos Moradores nos explicou que o cotidiano de quem vive no Centro não permite que quem esteja do lado de fora da casa perceba sua ocupação:

Não é vazio. As pessoas acham que é vazio porque... porque a maioria das pessoas que trabalha, que mora, principalmente nessa parte superior, do Desterro à Praia Grande, elas trabalham durante à noite no comércio informal. Então sexta, sábado e domingo é o período que, quando elas não estão colocando suas mercadorias no gelo, durante a manhã, elas estão dormindo até um pouco mais tarde. Então causa a impressão desse vazio, principalmente naquela parte de lá [se referindo à Praia Grande]. A outra impressão é porque, durante toda a semana, quem não trabalha no comércio informal trabalha em outra área. Então no final de semana a pessoa não vai estar na rua batendo papo, ela está descansando ou ela tá fazendo alguma outra coisa (José Carlos, Presidente da União dos Moradores do Centro Histórico, 2021).

Dona Dijé e José Carlos nos mostraram como a narrativa sobre o vazio no espaço era uma forma estrangeira (não próxima, não familiar) de ver o local, ignorando as pessoas e as lógicas do morar. Casarões fechados – e mesmo em condições consideradas de “abandono” – podiam guardar em seu interior não apenas uma, mas um conjunto de famílias, como acontece naqueles ocupados informalmente, que Dijé rapidamente reuniu em sua resposta. Andar pela calçada e observar as casas não era, portanto, consideração suficiente para opinar sobre o uso (ou a ausência de uso) dos imóveis. De nada adiantava, igualmente, partir de pré-noções sobre o que seriam as condições adequadas de conservação de um prédio apropriado à moradia, pois os critérios e padrões variavam entre as pessoas.

Figura 2. Casarões do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Leandro Assunção (2022).

Denis, morador do Desterro e estudante de ciências sociais que estava conosco na entrevista com dona Dijé, disse que já ouvira pessoas afirmarem haver um “êxodo” dos moradores do Centro havia décadas; eles deixavam o espaço para viver em outras regiões da cidade. Segundo ele: “O bairro, ele nunca esvazia [...]. Aqui o pessoal sai, mas sempre voltam outras pessoas para os lugares. Tanto é que têm poucas casas desocupadas aqui, muito poucas”. A mesma ideia se tornou evidente em uma entrevista que fizemos com Seu Riba (em dezembro de 2021), antigo morador do Centro que já ocupou o cargo de presidente da União dos Moradores e então era síndico de um prédio de ocupação reformado pelo governo estadual. Na ocasião, perguntamos se ele considerava que havia muitas casas vazias no local. Ele respondeu que não. Para comprovar sua opinião, chamou à conversa Seu Ivo, dono da pequena padaria onde conversávamos. Seu Ivo alugava quartos no piso superior e nos contou que, com exceção de um deles, todos estavam ocupados naquele momento. Havia pessoas interessadas em locar o que estava vago, mas ele não as conhecia, e por isso havia resistido ao acordo. Alugar ou não um espaço não era um mero cálculo prático para eles, mas uma decisão baseada em outros critérios: não se traziam pessoas desconhecidas para a “comunidade” sem alguém que intermediasse a apresentação – um amigo, um familiar, um parente. Uma pessoa sem vínculos locais encontraria pouca disponibilidade nas raras casas desocupadas da região.

Se os trâmites de aluguel na região da Praia Grande, do Desterro e do Portinho falam sobre parte das dinâmicas de moradia na região, os casarões ocupados informalmente, mencionados por dona Dijé, acrescentam elementos interessantes para a ideia de casa nesse contexto. Para trazê-los, recorreremos a uma experiência de “ocupação” de um prédio de três pavimentos e subsolo, no bairro da Praia Grande, em 2015. Naquele momento, o edifício, que antes havia sido alugado para um serviço público, não era formalmente utilizado. Cerca de 15 famílias então o ocuparam, dividindo o espaço em apartamentos de diferentes tamanhos, preservando uma área de lazer (um salão de festas de aniversário) e criando, na portaria, um ponto de venda de água mineral. Quando, como equipe de pesquisa, conhecemos o prédio, os resquícios do uso para a administração pública ainda eram evidentes – algumas paredes eram divisórias de salas de escritórios, e não havia banheiro nos apartamentos, apenas os coletivos, no final dos corredores.

Chegamos à ocupação porque conhecemos Nando – liderança que conduziu a entrada das famílias no local –, um homem jovem que, com esposa e filhos, havia morado em diferentes casas do Centro durante mais de dez anos. Em uma das nossas conversas, lhe perguntamos sobre a escolha do prédio (por que aquele e não outro? Como souberam dele?). Nando então nos disse que tudo aconteceu por intermédio de um processo de “pesquisa” – termo que utilizou para nos

contar que observaram diferentes elementos relativos ao espaço durante cerca de dois anos. Em uma entrevista, ele nos explicou: “Olha, assim... Começa pelo abandono, não é?! Você está aqui no Centro Histórico, você mora no Centro Histórico há dez anos. De aluguel, na casa de amigos – e você sempre vendo aquele imóvel do seu lado e abandonado” (Nando, 2016).

Ao observarem o que consideravam um espaço sem uso social, ele e alguns conhecidos passaram a mapear os eventuais usos e a história do prédio. Paralelamente, acionaram “pessoas que precisavam de casa” para que se juntassem à empreitada. A ocupação teve um dia marcado, mas ela foi um processo que exigiu uma política de atenção às formas de movimento das pessoas, aos olhares do Estado, à presença e à ausência dos supostos proprietários. Foi apenas a partir da pesquisa e da construção de uma rede de apoio que o ingresso no casarão teve uma data combinada. Essa atenção dispendida pelas pessoas nos remete às considerações de Borges (2009) sobre a conquista de lotes no Distrito Federal e as reivindicações por terra na África do Sul. Em uma discussão crítica sobre determinada matriz de compreensão das situações de opressão, a autora nos lembra que as pessoas têm práticas de pesquisa cotidianas em torno dos seus próprios problemas. Para ela, elas não se distinguem qualitativamente das pesquisas acadêmicas – antes deslocam o local de centralidade e hierarquia onde as segundas parecem ter se assentado por tanto tempo.

Assim, no caso da ocupação de Nando, as pessoas constroem suas próprias narrativas sobre o evento com base no estabelecimento de um autoconhecimento sobre si e sobre o processo de habitar aquele espaço (Miyasaki, 2004). Ele e outros moradores do casarão acionaram argumentos para justificar sua ação: o desuso do prédio e o caro preço dos aluguéis no Centro Histórico. Construíam a legitimidade do ato por intermédio de ideias compartilhadas que encontravam ressonância: a família (trazida ao local e então abrigada e protegida), o trabalho que tinham como vendedores ambulantes no Centro e a constatação de que o prédio sem uso se deteriora com mais rapidez. A partir desses elementos, decidiram “tomar conta”, “cuidar” e “zelar” do espaço. Como sinal desse movimento de comprometimento, fizeram uma grande limpeza – do telhado à fachada –, reinstalaram cabos de energia elétrica, buscaram janelas em desuso em outro prédio e as colocaram na “ocupação” (Ahlert; Gonçalves, 2020).

Os casarões ocupados informalmente no Centro mobilizam ou não uma relação com o Estado. Algumas famílias procuram os serviços estatais para regularizar ocupações, outras vivem há anos em um casarão sem chamar atenção a essa forma de uso. No caso do prédio de Nando, os moradores buscaram a Defensoria Pública, quando ameaçados de restituição de posse pelo pretense proprietário do imóvel. Independentemente do reconhecimento estatal, entretanto, é uma forma de morar que é, como mostram as falas de Dijé e Denis, fortemente política. Isso

porque entendemos a política como a arte de relacionar grupos e interesses distintos, construir alianças e argumentos em torno de pautas diversas e mesmo construir afetos. Se o Centro é ocupado e não vazio, ele é ainda cuidado, pesquisado, vigiado por uma multiplicidade de pessoas e suas motivações, suas formas de compreender a casa e a cidade.

Seu Riba, Denis e José Carlos têm uma hipótese para a sugestão do repovoamento e a desvalorização de quem já mora no Centro Histórico. Para eles, há certa nostalgia sobre um momento em que parte do local era habitado por famílias de poder aquisitivo considerável, que viviam nos sobrados e nos solares. Havia saudade dos tempos áureos que fizeram de São Luís uma das cidades mais importantes do Brasil, ainda que nesse cenário tenha sido uma cidade senhoril, baseada em relações de dominação que extrapolaram o período formal da escravidão. Em entrevista, José Carlos nos disse que as pessoas que veem o Centro a partir de seu exterior, que não vivem nele ou não o frequentam constantemente, o consideravam vazio porque se lembravam das famílias abastadas da região, que, com o declínio do parque fabril e a posterior expansão da cidade (Cardoso, 2012), deixaram o local. Entretanto as gerações seguintes dessas mesmas famílias, que cresceram em outros contextos, não viam vantagens na moradia no Centro:

E esses filhos de donos, dessas famílias, não têm o mínimo laço com o Centro Histórico, porque não foram criados aqui. Muitos deles foram estudar em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Nunca tiveram laço com o Centro Histórico. Então, quando eles voltam, muitas vezes quando eles voltam, tanto faz como tanto fez (José Carlos, 2021).

Denis é especialmente atencioso às dinâmicas de produção dos estigmas – termo que ele relaciona constantemente à obra de Goffman (1975) – relacionados ao Centro Histórico de São Luís, especialmente à região do Desterro e do Portinho. Para ele, essas áreas sempre foram as menos favorecidas da parte mais antiga do Centro, uma vez que era onde moravam os operários, não as famílias mais abastadas. Outras regiões, como a Praia Grande, concentram os casarões considerados mais exuberantes da área de tombamento federal, ainda que hoje muitos estejam em processo de arruinamento. Segundo ele, não era incomum ouvir associações do Desterro e do Portinho ao consumo de substâncias psicoativas e à prostituição, atividade profissional historicamente desempenhada no local (Silva, T. 2008). Diante disso – e do fato de não haver, segundo Dijé e Denis, nenhuma pesquisa atual sobre a situação fundiária, a ocupação e a conservação dos casarões na área de tombamento federal –, o discurso do repovoamento se associava facilmente à produção estigmatizada do espaço.

Dialogando com essa preocupação dos nossos interlocutores, pensamos que os

enunciados sobre o vazio e o repovoamento são também carregados de certa moralidade que classifica os moradores atuais do Centro, especialmente aqueles com quem convivemos (vendedores ambulantes, profissionais do sexo, carregadores de mercadorias em carrinhos de mão e empregados do comércio popular), como ocupantes ilegítimos do espaço. Podemos dizer ainda que, além das formas de trabalho, também o modo de moradia – muitas vezes multifamiliar, feito em casarões subdivididos entre diversas pessoas – questiona a ideia de uma casa e de uma família ideais (Borges; Paterniani; Belisário, 2021) presentes nas propostas que compõem os programas governamentais⁹.

MORADOR SEM CASA, MORADOR DE MUITAS CASAS E A MOBILIDADE

Não basta, entretanto, para fortalecer nosso argumento do vazio como uma perspectiva menos numérica e mais moral, contrapor falas sobre o repovoamento com afirmações sobre a ocupação do Centro. O argumento dos nossos interlocutores é mais complexo e, como veremos na sequência do artigo, sabe se usar prontamente das contradições em torno da presença ou ausência de pessoas nos casarões para defender a ideia da necessidade de moradia. Para avançar, nos parece fundamental falar de dois elementos recorrentemente sentidos como fundamentais na compreensão de casa no local: a mobilidade (o deslocamento cotidiano ou esporádico entre as habitações) e a “comunidade”. Vamos começar escrevendo sobre esta.

Parte importante dos nossos interlocutores define a região onde vivem como uma “comunidade”: “a comunidade do Centro Histórico”. Apesar disso, engana-se quem pensa que essa categoria indica algo fechado ou estável, circunscrito a quem tem uma casa fixa e constante naquele território. Nesse sentido, se, como apontou Guedes (2013) em outro contexto, sedentarismo e mobilidade (ou casa e trecho) não são exclusivos, aqui também a importância da casa e a constância da mobilidade se articulam. Mesmo os moradores considerados antigos, que cresceram no local e nele vivem desde a infância, passaram períodos em outros bairros, cidades ou estados. Isso aconteceu por diversos motivos: pelo aumento do preço dos aluguéis, pela falta de serviços oferecidos no espaço, pelo arruinamento de um casarão, por motivos de

⁹ O próprio Luis Felipe Andrès, arquiteto que trabalhou durante anos com programas de revitalização do Centro, percebia uma distância entre o que era considerada uma moradia digna para os apoiadores desses programas e o que era a moradia para as pessoas às quais os programas se destinavam (para saber mais, ver Bezerra, 2023).

doença e necessidade de proximidade da família, pela vontade de tentar a vida em outra cidade, por dificuldades financeiras – essas últimas, em especial, se abateram recentemente sobre parte dos vendedores ambulantes, impossibilitados de realizar sua atividade de subsistência durante o período mais agudo da pandemia de covid-19.

Nesses deslocamentos para outros bairros ou cidades, as pessoas não deixam de ser consideradas “moradoras do Desterro”. Bezerra (2018) se utilizou do termo “morador que não mora” para dar conta de duas acepções dessa possibilidade. A primeira podemos explicar nos voltando ao caso de seu Riba, citado anteriormente. Ele é considerado um dos moradores antigos do Centro e visto como um conhecedor da história do bairro. Entre as diversas atividades que já desempenhou no local, em determinado momento, ele alugou um espaço e fez um bar, ao lado da quadra da Escola de Samba Flor do Samba, localizada no Desterro. Com a pandemia de covid-19, ele não conseguiu mais manter o estabelecimento (uma vez que as medidas de isolamento social diminuíram o número de clientes) nem mesmo o aluguel do espaço onde vivia no bairro. Diante das dificuldades, mudou-se para a casa de uma filha em outra região da cidade.

Em 8 de agosto de 2021 foi inaugurado, no Centro, um prédio reformado pelo governo do estado do Maranhão, com perfil de habitação de interesse social. As famílias que se mudaram para os apartamentos depois de prontos foram aquelas que informalmente ocuparam o casarão e reivindicaram a sua reforma, concretizada como parte do Programa Nosso Centro, citado anteriormente. O tempo entre a reivindicação e a entrega dos apartamentos, entretanto, trouxe transformações nas dinâmicas dessas famílias e, em virtude disso, um apartamento, formado por um cômodo e um banheiro, terminou ficando vago. Seu Riba foi lembrado pelos colegas do Centro e, se encaixando no perfil do público-alvo do projeto, pôde voltar a viver na sua “comunidade”, uma vez que, mesmo distante e sem ter casa no local, nunca deixou de ser visto como seu morador. Em poucos meses, por sua experiência à frente da União dos Moradores em outro momento, se tornou síndico do edifício.

Bezerra (2018) fala ainda de uma segunda acepção da ideia de um morador sem casa. Algumas pessoas se tornam moradoras por vínculos longos que estabelecem com os bairros pelo trabalho que realizam. Existem inúmeros desses casos, como os dos vendedores de comidas e bebidas, ou ainda como o de seu João, vigia de carros da rua da Palma. Ele mora em um bairro há aproximadamente 15 quilômetros da região central, mas criou seus filhos no Centro Histórico e é bem conhecido na área, por isso é considerado morador. Mesmo não tendo casa nessa parte da cidade, se dispõe dos espaços contíguos à rua em que “faz seu ponto”, usando o banheiro para tomar banho, exigindo seu “depósito” (marmitta) para colocar sua comida e guardando consigo a chave do cadeado do estacionamento utilizado pelos moradores. Quando não aparece, é

motivo de comentário na vizinhança, fazendo falta na rotina da rua.

Além das conexões criadas pelos deslocamentos, que questionam a ideia de “comunidade” como algo fechado, existe ainda uma mobilidade constante entre casarões do Centro Histórico de São Luís – como aconteceu com Nando, interlocutor que mencionamos anteriormente, que já viveu em diferentes prédios do local. No mesmo casarão em que Nando vivia, conversamos, durante a pesquisa de campo, com um casal de vendedores ambulantes que se conheceu na Praia Grande. Depois de morarem “de aluguel” em uma sobreloja, eles ocuparam com outras famílias o casarão “pesquisado” por nosso amigo. Para o espaço delimitado como seu apartamento eles transferiram as duas filhas, alguns móveis que possuíam e um ar-condicionado abandonado em outro casarão. Para outra área que conseguiram negociar no prédio trouxeram a sogra e outros parentes, que viviam em diferentes casarões, mas ficaram sem condições de arcar com os valores do aluguel dos espaços.

Outra experiência que conhecemos durante a pesquisa chamou atenção para as mudanças realizadas pelas pessoas entre os casarões do Centro: a de dona Lucineide. Quando conversamos, ela morava em um casarão ocupado por diversas famílias no Desterro. O imóvel foi um órgão público, mas não era utilizado havia muitos anos e permanecia fechado. Algumas pessoas que já se conheciam terminaram por fazer uma grande faxina no local e organizar a ocupação. Dona Lucineide, antiga moradora do Centro engajada com algumas manifestações artísticas locais – algo que caracterizava também outros moradores do mesmo prédio – foi uma dessas pessoas.

A mudança veio a calhar, pois o aluguel de um quarto com banheiro que ela pagava em um casarão subdividido pelo proprietário em apartamentos estava custando mais de mil reais, preço inviável para seus recursos econômicos. Com a ajuda do esposo, que trabalhava na construção civil, ela fez melhorias substanciais no espaço novo, mesmo sabendo que talvez não pudesse continuar morando nele, pois pertencia ao Estado. De fato, em alguns meses, os moradores foram informados de que o edifício já estava destinado a um órgão público, algo previsto em um projeto anterior à ocupação. Aos moradores foi oferecido um apartamento em um condomínio distante alguns quilômetros do local. Lucineide, com resistência, aceitou à mudança, mas nos disse que sempre soube que não se adaptaria à vida longe do Centro Histórico. Quando nos encontramos meses depois, ela já estava vivendo em outro prédio do Desterro, também de maneira informal, acionando seus conhecimentos e os do esposo para recuperar um espaço que estava desocupado.

Um caso expressivo, de uma pessoa considerada importante na “comunidade” e que acionava essas conexões entre casarões e para fora do bairro é o de dona Cecília. Ela costumava dizer que morou durante toda a sua vida em uma casa cedida pelo proprietário no

Centro Histórico. Enquanto casa cedida, ela podia utilizar parte do imóvel, um prédio de três pisos, junto com seus familiares. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, ela nos dizia já ter morado em mais de 11 casas apenas nessa parte da cidade. Nos últimos anos, entendemos o que acontecia quando participamos de duas dessas “mudanças” repentinas, quando ela alugava casas no bairro, mas transferia apenas parcialmente seus pertences, sempre permanecendo com sua morada inicial.

Durante a pandemia, dois de seus três filhos se mudaram para outras casas com suas companheiras, e o mais velho, considerado uma jovem liderança da “comunidade”, arranhou trabalho no interior, passando poucos dias na capital. Atualmente, dona Cecília reside em três casas: a primeira é uma residência no Bairro do Ribeira, distante 13 quilômetros do Centro, conseguida através do Programa Minha Casa Minha Vida. A segunda é um apartamento no Residencial Piacó, a aproximadamente 4,5 quilômetros do Centro, que ela decidiu alugar para ficar perto do restante da família, que antes também morava na parte central da cidade. Já a terceira é a casa cedida do bairro da Praia Grande, que mantém e frequenta diariamente, já que trabalha como vendedora ambulante no chamado Reviver, nome informalmente dado à parte da Praia Grande¹⁰.

Dona Cecília nos lembra a ideia de “casas partíveis” apresentada por Pina-Cabral e Godoi (2014), uma vez que ela compartilha esses espaços em sua rotina. Como ela, outras pessoas realizam atividades cotidianas entre moradias diversas. Pode ser que o casarão onde se resida tenha problemas com a oferta regular de água e se tenha uma residência conhecida onde se pode tomar banho. Pode ser ainda que a família, como acontece com dona Cecília, faça as refeições em um espaço e durma em outro. Pode ser que o cotidiano seja como o de dona Dijé, que pode ser encontrada com mais facilidade em um bar local, de sua amiga Solange, assistindo a novelas, do que em sua própria casa.

“Casas partíveis”, na acepção de Pina-Cabral e Godoi (2014, p. 13), indica que “casas são constitutivamente dependentes das relações entre si, ou seja, essas relações são o que lhes dá existência”. Acionar o conceito, afirmam os autores, nos fala da necessidade de pensarmos em pessoas que se constituem das relações umas com as outras (a “comunidade”), mas nos conduz ainda à perspectiva da vicinalidade e do não sedentarismo. A “vicinalidade, por oposição à vizinhança, descreve uma proximidade aberta entre espaços de moradia” (Pina-Cabral; Godoi,

10 O nome decorre do Projeto Reviver, que buscou revitalizar e recuperar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís entre os anos de 1987 e 1991, concentrado no bairro da Praia Grande. O projeto ganhou grande visibilidade por possibilitar a restauração de importantes construções históricas como a Igreja da Sé e o Palácio Episcopal. A marca Reviver ficou popularmente conhecida, dando nome a uma parte do bairro da Praia Grande, referência boêmia na cidade (Andrès, 2006).

2014, p. 12), o que nos parece falar das experiências que encontramos em que tanto a casa quanto a mobilidade são importantes e constituem certo modo de viver a cidade.

A mobilidade que marca o cotidiano das e dos nossos interlocutores traz alguns desafios para a discussão sobre habitação no Centro. As iniciativas de transformação dos prédios em apartamentos pressupõem critérios claros e lisura em sua distribuição. Normalmente, um desses critérios é a ausência de residência em outros espaços da cidade – o que exclui esses sentidos de casa compartilhada ou de diversas casas como moradia de uma pessoa. Apesar desses desencontros, as lideranças comunitárias continuam sua luta por moradia para quem já mora no Centro, sua batalha pela habitação de interesse social – ainda que ouvindo sempre os argumentos de que seria muito mais fácil e econômico ao governo construir em outras áreas da cidade do que reformar e transformar casarões.

Karina Biondi (2021), em comunicação pessoal¹¹, nos lembrou que a lógica de punição do Estado moderno passa pelo encarceramento, pelo cerceamento do movimento de pessoas e de coisas. Uma ideia de casa como estabilidade (como prerrogativa da propriedade) quebra as relações e conexões que a mobilidade, presente nesse modo de morar no Centro, produz. Como compreender a fluidez como elemento constituinte de algo que pensamos como concreto e material como a casa? Se pensarmos nas casas partíveis e nas casas como processo – ou seja, não como prontas e finalizadas, mas como existindo (tal como as biografias das pessoas) e se transformando continuamente (Carsten; Hugh-Jones, 1995), temos uma chave para compreender casa e mobilidade como articuladas. Os apartamentos do Estado só poderão fazer sentido às pessoas quando considerarem a moradia um espaço aberto, e a vida, em constante mobilidade.

O OUTRO VAZIO E A AUSÊNCIA DO ESTADO

Há alguns anos, lideranças comunitárias têm insistido na habilitação de prédios do Centro Histórico de São Luís como apartamentos para habitação de interesse social. Estão particularmente interessadas em garantir casa para as pessoas que já vivem no Centro, que pagam aluguel ou moram em ocupações e são, como reconhecem, pessoas de menor poder aquisitivo. Existem muitas delas nessa situação em casarões que, por vezes, são classificados

¹¹ Por razão da discussão na mesa redonda “Invisibilidades e vulnerabilidades: encarceramento e formas de viver na URBE”, no âmbito do II Encontro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA).

como abandonados por quem passa por eles. Parte dessas famílias, especialmente aquelas que guardam vínculos com o Centro (por viverem há algum tempo no local, por serem conhecidas de todos e auxiliarem em atividades culturais/sociais) são parte reconhecida da “comunidade”. Os discursos de vazio e necessidade de repovoamento ferem o reconhecimento dessas presenças e aludem ao fato de que quem vive no local não é visto pelo poder público.

As lideranças comunitárias estão em contato constante com o Estado pelos mais diversos motivos: questões relacionadas à moradia, à saúde das profissionais do sexo, à alimentação e aos programas sociais, às atividades artístico-culturais, à participação em conselhos e comitês consultivos. A relação com os funcionários e os órgãos públicos é marcada por um conjunto de complexidades, pois o tempo que dedicam a esse engajamento e a forma como o compreendem é diverso e não necessariamente constante. Existem aqueles que se sentem cansados dessas relações e, por vezes, se recusam a ir a reuniões com o poder público e com a iniciativa privada (como Dijé, em determinados momentos). Outros se colocam em todos esses espaços, pois acreditam em uma contraposição necessária para criar tensão e lembrar ao Estado suas demandas (como Denis). Existem ainda algumas lideranças mais jovens que transitam nas relações com o poder público em chaves que colocam em primeiro plano a cultura popular e as manifestações artísticas. Ainda que o Estado não esteja em todas as atividades que mobilizam pessoas e possa ser, em determinados momentos, recusado como parceiro (Clastres, 2013; Bezerra, 2023), em certas pautas e situações ele é percebido como recurso ou como forma de acesso a outros recursos (Ahlert, 2022).

Apesar de as lideranças comunitárias verem de formas diferentes e cambiáveis a relação com o Estado, é recorrente que nesse encontro elas insistam no registro da presença das pessoas e na necessidade de perceber o Centro como “comunidade”. É em seu nome que se assenta a justificativa do diálogo constante com os funcionários públicos e políticos. Assim, as lideranças continuamente participam de reuniões, compõem conselhos, militam por diferentes causas, articulam doações e mobilizam eventos nas praças. Durante o campo encontramos, por exemplo, Dijé e Denis acompanhando servidores do governo do Maranhão de porta em porta para distribuir convites para alguma atividade cultural, oficina ou distribuição de cestas básicas. Outros moradores e moradoras, participantes atuais ou antigos da União dos Moradores, também faziam esse papel, pois conheciam as pessoas, o número de moradores de cada casa e a “necessidade” de cada família.

A despeito de todo o engajamento cotidiano e do dispêndio de tempo com as atividades promovidas pelo Estado, nossas interlocutoras e interlocutores utilizavam continuamente a retórica de sua “ausência” no espaço do Centro Histórico – especialmente nas áreas menos

turísticas. Diziam-nos, nesse sentido, que o Centro era esquecido pelo poder público municipal e estadual e que não havia iniciativas estatais para melhorar as condições de vida dos moradores ou para recuperar os casarões em risco. Como nos lembram Das e Poole (2008), além de Bachtold (2016), a ausência do Estado é uma retórica poderosa que não raro fala da presença do Estado de outra forma nos contextos de margem. É dessa maneira, segundo as autoras, que podemos perceber falas sobre a ausência do Estado em situações em que a violência estatal é intensamente presente.

No nosso campo, entretanto, nos pareceu ocorrer algo um pouco diferente quando nossos amigos e amigas, que atuavam continuamente com funcionários públicos e políticos, anunciavam a ausência do Estado. Antes que uma constatação sobre presença ou seu contrário, nos parece ser uma estratégia: se o Estado é incapaz de perceber o morador do Centro, eles, por sua parte, se recusam a ver a atuação do Estado e, mesmo estando diante dele em diversas situações, reiteram sua incapacidade e sua ausência. Anunciar a ausência do Estado diante dele próprio nos parece ainda lançar o desafio da extensão da conversa: ele era visto como necessário no espaço, capaz de proporcionar oportunidades e iniciativas que não eram possíveis a outras entidades ou associações. Poderia, por exemplo, fornecer cursos para os jovens dos bairros, construir escoras para que casarões não viessem ao chão, promover a distribuição de alimentos. Mesmo Dijé, muitas vezes cansada de tantos compromissos com o poder público, reconhecia a interação como necessária para os objetivos da “comunidade”. Cabia ao Estado promover um tipo de habitação considerada mais justa a quem já vivia no Centro. Para reivindicar isso, eles se muniam de diversas estratégias: a recusa, o questionamento em público, o apoio a atividades culturais e o convite aos candidatos e políticos para a presença no local (como o que fizeram mediante a promoção de comícios em campanhas eleitorais).

Ver o Estado como um eventual parceiro alterava, ainda que momentaneamente, discursos e posições claras, inclusive em torno de nosso ponto central neste texto: o vazio. É dessa forma que, em determinadas situações, nossas interlocutoras e interlocutores também usavam o argumento do não povoamento. Vamos contar duas situações sobre isso. Em 2022, moradoras e moradores, a partir de um grupo de mobilização em torno da habitação no Centro¹², organizaram uma iniciativa para pressionar o andamento do debate no local. A ação “Manifesto por Mais Moradia no CH Slz” era formada por um texto-manifesto lançado no dia de aniversário de São Luís (8 de setembro) e por um conjunto de mobilizações em redes sociais, com divulgação de

12 Habitar Para Preservar foi um seminário ocorrido em maio de 2018 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão, com financiamento da Fapema. Ele reuniu pesquisadores, funcionários do Estado, simpatizantes e militantes por moradia no Centro Histórico.

vídeos das lideranças locais e de antigos moradores falando sobre a necessidade de moradia no espaço. Dona Dijé gravou um vídeo muito interessante, que contrapunha nosso argumento – ele mesmo baseado em sua fala compartilhada conosco – sobre a inexistência de um vazio no Centro. Ela afirmava que, quando havia chegado ao local, havia mais de 50 anos, o bairro era ocupado e agora estava desabitado. No vídeo, ela ressaltava a necessidade de atrair mais moradores ao espaço para que o centro pudesse voltar a ser habitado.

Esse não foi um caso específico. Nando, que liderou a ocupação de um casarão em 2015 – e que mencionamos no início do texto – fez algo muito semelhante certa vez em nossa conversa. Quando nos contava sobre a entrada no espaço onde vivia naquele momento, ele nos disse que o edifício estava desocupado, que ele e as outras pessoas que o ocuparam consideravam isso um desperdício diante do fato de que pagavam aluguéis caros e não tinham espaço para suas famílias. Ele nos lembrou ainda que havia muita sujeira no local e uma caixa d'água que era lócus de proliferação de mosquitos da dengue. Utilizou, portanto, a família, a saúde e o cuidado como argumentos para a ocupação, como mencionamos anteriormente. No espaço, entretanto, havia um conjunto de pessoas que haviam sido retiradas alguns dias antes da entrada do grupo de Nando. Segundo ele, eram usuários de drogas e assaltantes que representavam perigo e não mantinham o casarão em condições de uso. Agora o casarão era ocupado por famílias que zelavam por ele, dizia Nando, diante da ordem de desapropriação expedida a pedido do suposto dono do casarão. Diante da ameaça de saída, ele ressaltou argumentos que encontravam ressonância no debate (moral) mais amplo sobre o que justificava sua presença nos casarões do Centro.

Figura 3. Casarões do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Leandro Assunção (2022).

A fala de Dijé diante do vídeo de mobilização em torno da moradia no Centro e as afirmações de Nando diante da insegurança fundiária do casarão chamaram nossa atenção pelo seu caráter contraditório com outras experiências que tínhamos vivido com esses interlocutores. Dijé, por exemplo, tinha-nos dito que o Centro não era vazio, mas comportava muitas famílias – como descrevemos no início do texto. Em situações de conversa com Nando, as pessoas que viviam em situação de rua e os usuários de drogas não apareciam como contraponto aos moradores, mas como partícipes do cotidiano do espaço. Os dois discursos, entretanto, nesses outros momentos, eram moldados para os ouvidos do Estado. Buscando a eficácia dessa escuta, as nossas amigas e amigos buscavam dialogar com ele a partir de seu próprio idioma, por eles ouvido e aprendido na interação com os órgãos públicos e com seus funcionários. Eles se utilizavam da estratégia de falar a mesma língua que o Estado, produzindo uma contradição em relação à sua opinião em outros momentos. Ao falarem o idioma que o Estado compreendia, eles faziam uma declaração de posição argumentativa e política – usando com certa liberdade as considerações de Edmund Leach (2014) – para a mobilização dos seus interesses.

Dizer isso, entretanto, não é afirmar que os interlocutores eram simplesmente cooptados pela forma de falar do Estado. Eram momentos específicos quando era preciso lançar mão de estratégias diversas. Dessa maneira, seguiam na luta (mais e menos organizada, a ver cada caso) para inaugurar algum casarão com apartamentos. Era a isso que se dedicavam lideranças como Dijé, Denis, Seu Riba e José Carlos. Mesmo quando se alegravam com a inauguração de algum casarão destinado à moradia, não abandonavam a análise crítica da configuração das casas. Recentemente foram entregues, pela Fundação Municipal do Patrimônio, dois casarões históricos que se tornaram prédios com apartamentos (citados anteriormente). Um deles, de três pavimentos, teve o térreo ocupado por uma Secretaria Municipal. Conversando com dona Dijé sobre isso, ela nos disse que estava feliz com a conquista, mas discordava da presença de um serviço do Estado no prédio. Para ela, isso constrangia os moradores, que não poderiam descer para abrir a porta se vestindo de qualquer jeito ou mesmo sem chinelos, e não permitia que as pessoas ouvissem seus aparelhos de som em suas residências. Continuou dizendo: “Se quer dar casa, tem que dar liberdade”, chamando atenção a certa lógica de controle dos comportamentos

e dos modos de morar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste texto, apresentar elementos do cotidiano dos moradores do Centro Histórico, nossos interlocutores, questionando o argumento do vazio do Centro e de sua necessidade de repovoamento. Ao indicar o desconhecimento e a incapacidade de um olhar de “passagem” de apreender as dinâmicas de constituição de habitação e de mobilidade no local, eles dirigem nossa atenção para formas de pensar a casa de uma maneira menos fixa ou rígida do que estamos acostumadas. A moradia se evidencia nos deslocamentos entre casarões, nos retornos ao Centro Histórico, nos espaços pelos quais as pessoas se dispersam para realizar atividades cotidianas.

Não é nossa intenção sugerir que essa maneira de ver casa e mobilidade é um efeito da precariedade das famílias ou da falta de serviços (como o abastecimento de água, que mencionamos antes). Não se trata de condicionar essa forma de viver à falta de condições financeiras ou à infraestrutura dos casarões históricos. Ela nos parece, antes, um dos elementos constituintes de uma perspectiva de “comunidade” – palavra recorrentemente utilizada pelos nossos interlocutores para se referir à particularidade desse espaço da cidade em relação às outras regiões. No Centro Histórico (especialmente nos bairros nos quais fizemos campo) existe uma “comunidade” que deve ser perguntada sobre os projetos para o local; que, por seu engajamento com o espaço – pois é ela que cuida do patrimônio, algo que surge também na pesquisa de Uriarte (2019) sobre o Pelourinho –, deve ser consultada sobre os investimentos públicos. Mas “comunidade” não é uma unidade homogênea – pode ser que parte dela, momentaneamente, nem esteja residindo no Centro, como vimos.

Em nome da “comunidade” e da defesa de moradia para quem vive no Centro e precisa de casa se instauram um conjunto de práticas e de discursos que encontram o Estado como um interlocutor necessário (o que não exclui sua eventual recusa), como uma fonte de recursos com capacidade de mobilizar e transformar a vida das pessoas. Argumentos sobre a ausência do Estado não são, do nosso ponto de vista, uma negação direta de sua presença, mas uma forma de insistir na capacidade relativa de perceber presenças (como acontece por parte do Estado com os moradores do Centro, ora considerados ilegítimos ocupantes, ora considerados parte dos projetos públicos). Ao saberem usar os argumentos dos funcionários do poder público (que são

contraditórios em relação a falas ditas por eles em outros contextos), nossas amigas e amigos também afirmam sobre o vazio, o repovoamento e a ausência de pessoas como fenômenos existentes.

Apesar de mobilizarem esse idioma comum, há, entretanto, uma diferença. Para nossos interlocutores, o repovoamento que vem como mote dos políticos e das iniciativas do poder público pretende substituir quem vive no centro¹³ – quem é pobre, vendedor ambulante, profissional do sexo e pequeno comerciante – por um outro “tipo” de gente. É disso que discordam continuamente, quando sugerem o reconhecimento da “comunidade” do Centro, que é, como argumenta Dijé, marcada pela diversidade. Em um contexto no qual a mobilidade marca a relação com as casas – que, a despeito de serem patrimônio tombado, alteram-se constantemente pela ação de pessoas, das chuvas, dos animais – há uma movimentação também entre argumentos. As contradições, nesse sentido, abrem perspectivas manejadas cuidadosamente no cotidiano, mas não abrem mão do valor da “comunidade”.

REFERÊNCIAS

1. AHLERT, Martina. “Precisão” e política: algumas considerações etnográficas a partir de Codó (Maranhão). *Civitas*, Porto Alegre, n. 22, p. 1-12, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/41063>. Acesso em 16 fev. 2024.
2. AHLERT, Martina; GONÇALVES, Gabriela Lages. Casa é pra ter gente: notas sobre habitar no Centro Histórico de São Luís. *In: Núcleo de Planejamento da FAPEMA. Maranhão de multiplicidades: científico, consciente e cultural. São Luís: FAPEMA, 2020. V. 4. p. 47-64.* Disponível em: https://buriti.fapema.br/ebook/livro4_maranh%C3%A3o_de_multiplicidades.pdf. Acesso em 25 mar. 2024.
3. ANDRADE, Maristela de Paula. São intransigentes os quilombolas? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Opinião, 28 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2802200908.htm>. Acesso em 25 fev. 2022.
4. ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada.** 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em

13 Uma percepção recorrente em outros contextos de pesquisa, onde houve investimento em projetos urbanísticos que afastaram grupos populares dos espaços centrais das cidades. Para saber mais, ver, por exemplo, Valladares (1978) e Zaluar (1986).

Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

5. BACHTOLD, Isabele. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de busca ativa no estado do Pará. **Horizontes antropológicos**, cidade, n. 22, v. 46, p. 273-301, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/1364>. Acesso em 25 mar. 2024.
6. BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Patrimônio vivo** – Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) – Departamento, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: https://patronage.fapema.br/anexos/ACC-PROD_0072020SECID-1286-20.pdf Acesso em 25 mar. 2024.
7. BEZERRA, Nicole Pinheiro. **“Patrimônio vivo, tombado, mas não caído”**: uma etnografia sobre casa, política e cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5011>. Acesso em 25 mar. 2024.
8. BORGES, Antonádia Monteiro. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 29, p. 23-42, 2009.
9. BORGES, Antonádia; BELISÁRIO, Gustavo; PATERNIANI, Stella. Habitação precária, gente promíscua: a branquidade-heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro do cortiço-quilombo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45, 2021, Online. **Anais [...]**. Online: 2021. p. 1-26.
10. CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Paula%20Paoliello%20Cardoso.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
11. CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house: Lévi-Strauss and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
12. Casarões do Centro Histórico de São Luís passam por vistoria. **Universidade FM**. 2023. Disponível em: <http://www.universidadefm.ufma.br/noticias/geral/casaroes-do-centro-historico-de-sao-luis-passam-por-vistoria/>. Acesso em 11 mar. 2023.
13. Centro Histórico ganha nova vida com ações de reocupação e revitalização. **Jornal O Estado do Maranhão**. 2017. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/12/06/centro-historico-ganha-nova-vida-com-acoes-de-reocupacao-e-revitalizacao>. Acesso em: 22 fev. 2022.
14. CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
15. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, Madri, n. 8, jun. 2008.

16. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
17. GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis**: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.
18. HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis: Vozes, 2016.
19. LEACH, Edmund. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 2014.
20. LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **A temporalidade do colonialismo**: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial. São Luís: Editora UEMA/PPGCSPA/PNCSA, 2020.
21. Mais de 90 casarões do Centro Histórico de São Luís apresentam risco crítico de desabamento. **Portal de notícias G1**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/11/08/mais-de-90-casaro-es-do-centro-historico-de-sao-luis-apresentam-risco-critico-de-desabamento.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2023
22. MARANHÃO. **Programa Nosso Centro**. 2019. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/programa-nosso-centro>. Acesso em: 25 mar. 2024.
23. MIYASAKI, Hirokazu. **The method of hope**: anthropology, philosophy, and Fijian knowledge. California: Stanford University Press, 2004.
24. PEREIRA JR., Magno Vasconcelos. **Construção e transformação do Centro urbano de São Luís-MA**: uma análise do patrimônio histórico. 2015. Tese (Docotorado em Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental). Programa de Doctorado Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2015. Disponível em: <https://www.tesisenred.net/handle/10803/397725#page=3>. Acesso em: 25 mar. 2024.
25. PINA-CABRAL, João de; GODOI, Emília Pietrafesa de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e Casas Partíveis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 11-21, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2014.89105>. Acesso em: 16 fev. 2024.
26. SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal de. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **Subsídios para os indicadores socioeconômicos do centro antigo**. São Luís, [s. d.].
27. SILVA, Creudecy Costa da. **Nos labirintos do patrimônio**: representações sobre o bairro do Desterro. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
28. SILVA, Ivanilde da Conceição. **Representações sobre o patrimônio**: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2536#preview-link0>. Acesso em: 25 mar. 2024.

29. SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Dinâmicas da prostituição feminina nas áreas centrais da cidade de São Luís, Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
30. RAMOS, Alcida Rita. O paraíso ameaçado. Sabedoria yanomami versus insensatez predatória. **Antípoda**, Bogotá, n. 7, p. 101-117, jul./dez. 2008. Disponível em https://issuu.com/publicacionesfaciso/docs/revista_antipoda__n_7/91. Acesso em: 25 fev. 2022.
31. URIARTE, Pilar Montoya. Habitar casarões ocupados no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/24654/0>. Acesso em: 25 mar. 2024.
32. VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
33. Valorizando o Centro Histórico. **Jornal O Estado do Maranhão**. 2015. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/01/14/valorizando-o-centro-historico/>. Acesso em: 22 fev. 2022.
34. ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora Revan, 1986.

Martina Ahlert

Professora na Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5735-5441>. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: ahlertmartina@gmail.com

Nicole Pinheiro Bezerra

Mestre em Ciências Sociais Universidade Federal do Maranhão. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0247-6008>. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: nicolepinheirobezerra@gmail.com